

Tabela 1 – Classificação dos tribunais da Justiça Estadual segundo o porte, ano-base 2024

Porte	Tribunal	Escore	Despesa total	Casos novos	Casos pendentes	magistrados(as)	Servidores
Grande	TJSP	4,229	16.457.795.454	6.645.076	22.393.937	2.810	58.583
Grande	TJMG	1,285	10.887.518.665	2.014.490	4.875.863	1.076	32.834
Grande	TJRJ	1,115	9.444.154.401	2.398.773	5.831.252	884	25.545
Grande	TJRS	0,622	5.805.252.967	1.998.846	4.464.170	861	16.217
Grande	TJPR	0,551	4.827.925.627	1.615.744	3.475.311	952	19.422
Grande	TJBA	0,404	5.378.221.021	1.831.646	3.391.666	681	13.226
Médio	TJSC	0,158	4.225.991.351	1.281.965	2.839.284	520	12.649
Médio	TJGO	0,053	3.778.015.349	1.203.658	1.397.920	439	14.423
Médio	TJPE	-0,117	2.749.950.458	673.537	1.497.462	543	10.017
Médio	TJDFT	-0,171	3.909.681.363	516.416	759.758	379	10.232
Médio	TJCE	-0,206	2.042.106.517	638.992	1.128.446	480	9.812
Médio	TJMT	-0,266	2.759.067.360	641.388	836.601	326	8.179
Médio	TJPA	-0,289	2.531.740.352	524.456	1.138.570	353	7.190
Médio	TJMA	-0,299	1.907.160.130	660.706	1.063.364	380	6.928
Médio	TJES	-0,378	2.120.315.748	418.996	1.064.428	270	6.261
Pequeno	TJMS	-0,427	1.672.834.554	482.737	1.050.270	216	5.457
Pequeno	TJPB	-0,434	1.925.084.340	426.725	585.089	258	5.140
Pequeno	TJAM	-0,450	1.091.091.878	677.023	985.759	196	4.817
Pequeno	TJRN	-0,463	1.408.213.102	429.400	679.836	242	5.159
Pequeno	TJPI	-0,524	1.175.651.612	357.289	647.558	188	4.289
Pequeno	TJAL	-0,530	970.316.541	476.079	544.746	190	3.727
Pequeno	TJRO	-0,545	1.346.787.480	304.717	350.722	166	4.272
Pequeno	TJSE	-0,568	903.047.474	323.326	422.142	156	4.171
Pequeno	TJTO	-0,605	964.353.188	226.292	472.558	119	3.383
Pequeno	TJAP	-0,704	541.662.797	122.648	128.649	83	1.611
Pequeno	TJAC	-0,711	402.408.687	90.059	126.111	91	1.820
Pequeno	TJRR	-0,730	443.607.379	80.515	74.107	54	1.600

Tabela 2: Classificação dos tribunais da Justiça do Trabalho segundo o porte, ano-base 2024

Porte	Tribunal	Escore	Despesa total	Casos novos	Casos pendent	magistrados(as)	Servidores(as)
Grande	TRT2	3,096	3.696.125.634	989.350	943.182	609	6.707
Grande	TRT15	1,740	2.274.129.287	644.888	820.880	375	4.342
Grande	TRT1	1,406	2.452.045.497	478.061	643.049	313	4.359
Grande	TRT3	1,189	2.528.006.189	449.161	297.752	319	4.760
Grande	TRT4	0,958	2.082.739.206	323.836	452.745	294	3.924
Médio	TRT9	0,410	1.426.351.617	273.478	303.904	213	2.947
Médio	TRT5	0,337	1.528.141.328	202.902	279.783	206	2.908
Médio	TRT6	-0,049	1.100.695.441	173.961	158.939	152	2.178
Médio	TRT12	-0,136	1.013.807.081	181.338	156.616	132	1.838
Médio	TRT18	-0,306	748.747.552	154.055	113.437	102	1.758
Médio	TRT10	-0,318	815.465.877	100.995	140.788	103	1.741
Médio	TRT8	-0,328	824.506.550	123.068	76.270	115	1.746
Médio	TRT7	-0,437	588.877.424	116.585	115.251	83	1.477
Pequeno	TRT11	-0,563	631.466.071	76.088	49.860	71	1.229
Pequeno	TRT13	-0,590	620.723.655	75.942	43.237	69	1.095
Pequeno	TRT23	-0,606	447.397.532	73.342	62.287	80	1.051
Pequeno	TRT17	-0,620	429.078.868	75.646	75.368	67	1.022
Pequeno	TRT14	-0,678	461.936.449	43.209	35.358	65	998
Pequeno	TRT21	-0,703	401.383.337	46.397	37.249	56	982
Pequeno	TRT16	-0,705	313.730.245	58.989	65.996	53	889
Pequeno	TRT24	-0,706	380.493.639	60.569	46.934	60	790
Pequeno	TRT19	-0,743	317.566.694	43.735	59.218	52	744
Pequeno	TRT20	-0,816	252.131.189	36.492	42.204	37	607
Pequeno	TRT22	-0,835	211.282.051	34.726	26.915	36	650

Tabela 3: Classificação dos tribunais da Justiça Eleitoral segundo o porte, ano-base 2024

Porte	Tribunal	Escore	Despesa total	Casos novos	Casos pendentes	Magistrados(as)	Servidores(as)
Grande	TRE-SP	3,391	1.073.091.910	215.017	78.958	400	5.506
Grande	TRE-MG	2,448	870.870.804	190.492	68.017	311	3.472
Grande	TRE-RJ	0,865	676.628.625	48.370	21.041	172	3.360
Grande	TRE-BA	0,834	415.159.660	102.788	32.424	206	2.041
Grande	TRE-PR	0,791	496.800.752	95.874	33.211	193	1.671
Médio	TRE-RS	0,492	410.743.704	75.996	26.225	172	1.542
Médio	TRE-MA	0,137	342.009.227	48.655	20.988	119	1.479
Médio	TRE-PE	0,078	293.645.584	48.684	19.757	129	1.325
Médio	TRE-PA	0,054	285.894.912	49.930	21.737	108	1.343
Médio	TRE-CE	0,046	360.568.523	42.476	16.242	115	1.364
Médio	TRE-SC	0,020	291.392.460	52.213	20.837	108	1.125
Médio	TRE-GO	-0,014	258.808.162	56.318	20.535	99	1.133
Médio	TRE-PI	-0,317	249.098.532	28.171	10.533	85	898
Médio	TRE-PB	-0,346	227.706.341	31.226	12.853	75	746
Médio	TRE-MT	-0,394	203.133.356	32.732	12.685	63	726
Pequeno	TRE-RN	-0,414	201.659.091	23.883	10.636	67	898
Pequeno	TRE-AM	-0,458	176.829.137	23.744	10.235	65	820
Pequeno	TRE-ES	-0,488	162.208.569	27.821	11.005	57	681
Pequeno	TRE-MS	-0,597	133.681.805	20.002	6.078	56	702
Pequeno	TRE-AL	-0,601	167.071.971	18.353	7.379	49	557
Pequeno	TRE-TO	-0,640	131.488.902	21.755	7.277	40	556
Pequeno	TRE-SE	-0,652	135.973.454	16.949	6.546	36	669
Pequeno	TRE-RO	-0,697	139.546.461	13.127	5.871	41	461
Pequeno	TRE-DF	-0,820	125.800.849	422	1.013	27	601
Pequeno	TRE-AP	-0,888	86.230.614	4.523	2.261	17	358
Pequeno	TRE-AC	-0,893	85.648.313	6.278	2.299	16	304
Pequeno	TRE-RR	-0,937	64.255.806	3.801	1.769	15	260

2.1.1.2 Estrutura do Primeiro Grau

Segundo dados do MPM, o primeiro grau do Poder Judiciário está estruturado em **15.931 unidades judiciárias**, um pouco mais do que o apresentado no ano anterior (15.646). Conforme Figuras 4 e 5, as unidades estão assim dispostas:

- ▶ Na Justiça Estadual, são 10.632 unidades, sendo 9.225 varas e 1.407 juizados especiais (66,7%);
- ▶ Na Justiça Federal, são 1.015 unidades, sendo 842 varas e 173 juizados especiais federais (6,4%);
- ▶ Na Justiça Trabalhista, são 1.592 varas do trabalho (10%);

- ▶ Na Justiça Eleitoral, são 2.658 zonas eleitorais (16,7%);
- ▶ Na Justiça Militar Estadual, são 15 auditorias militares;
- ▶ Na Justiça Militar da União, são 19 auditorias militares.

A maioria das unidades judiciárias pertence à Justiça Estadual, que possui 10.632 varas e juizados especiais e 2.566 comarcas (46,1% dos municípios brasileiros são sede da Justiça Estadual). A Justiça do Trabalho está sediada em 609 municípios (10,9% dos municípios) e a Justiça Federal em 276 (5% dos municípios).

Figura 4 - Unidades judiciárias de primeiro grau, por ramo de justiça

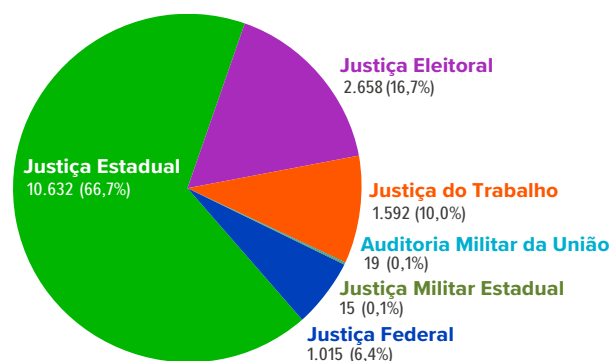
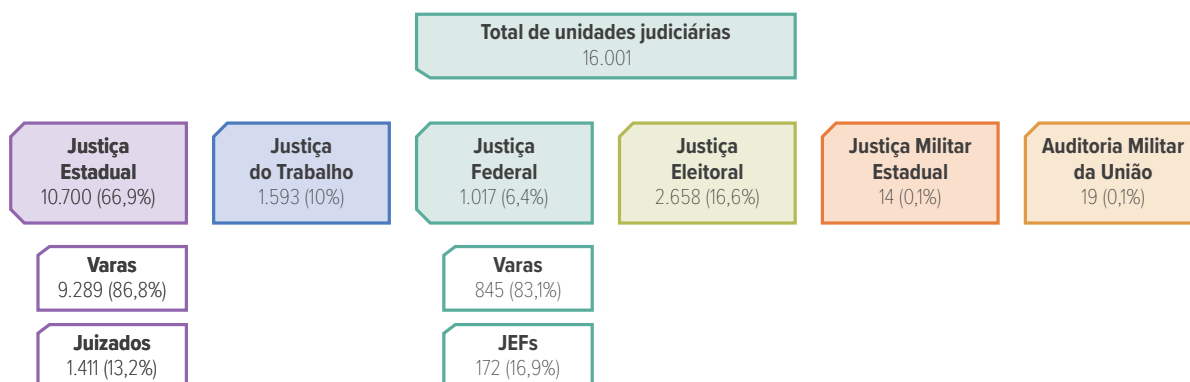
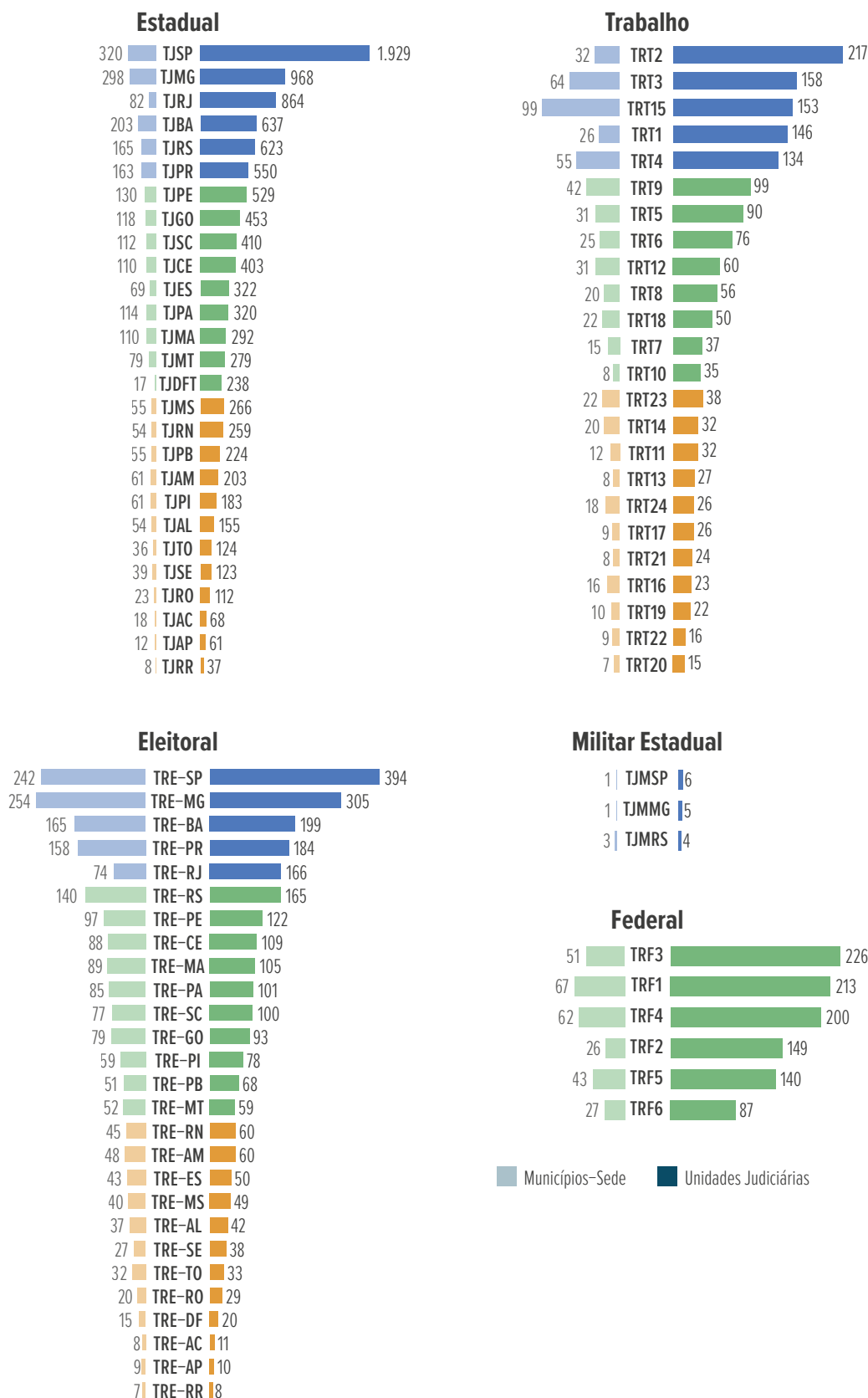


Figura 5 - Diagrama do número de unidades judiciárias de primeiro grau, por ramo de justiça



A Figura 6 apresenta o número de unidades judiciárias e a quantidade de municípios que são sede das respectivas unidades, o que significa, para a Justiça Estadual, o número de comarcas; para a Justiça Federal, o número de subseções judiciárias; para a Justiça do Trabalho, o número de municípios que possuem vara do trabalho; e, para a Justiça Eleitoral, o número de municípios com cartórios eleitorais.

Figura 6 - Número de municípios-sede e unidades judiciárias por tribunal

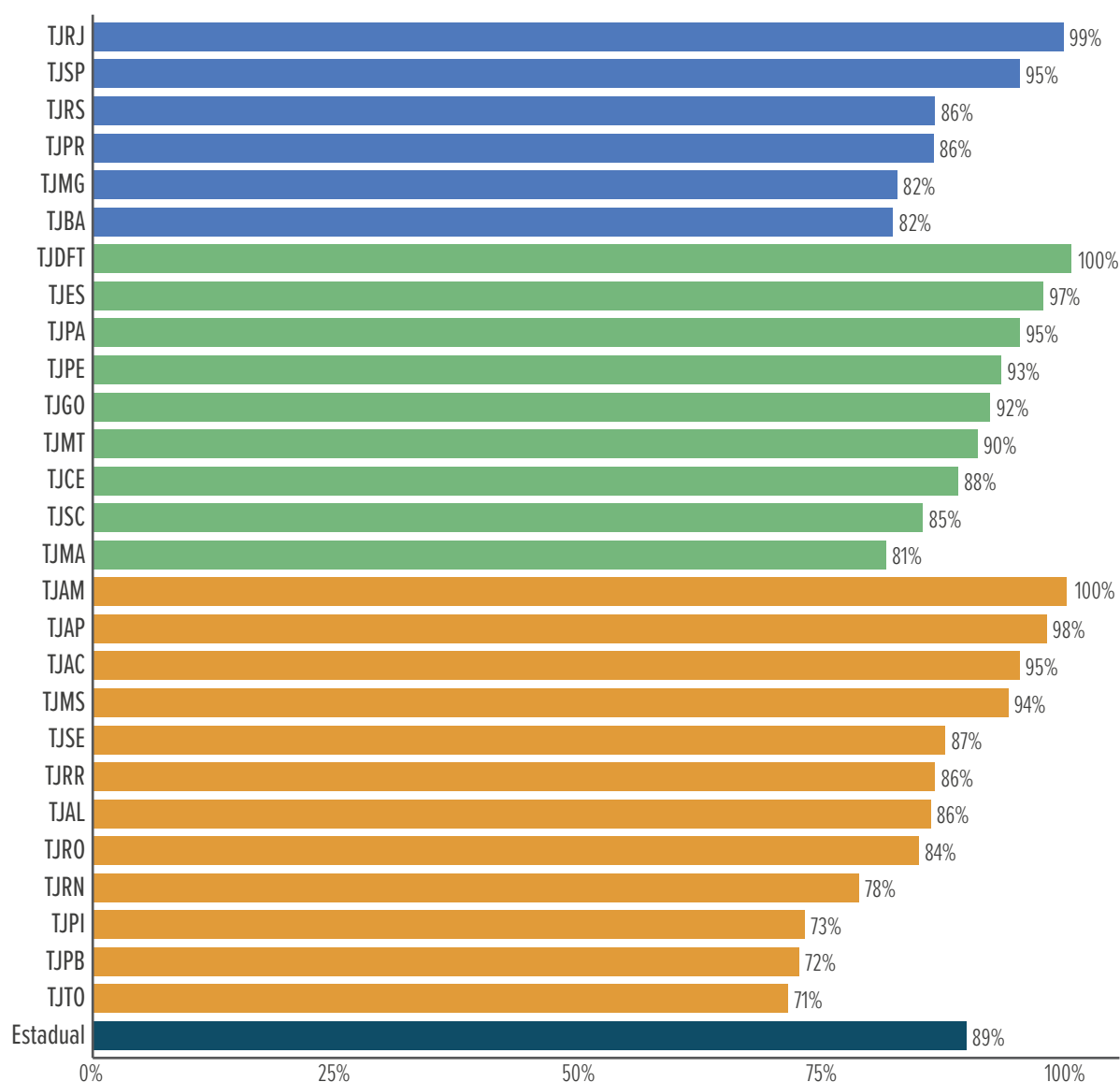


A Figura 7 apresenta o percentual da população de cada unidade da Federação (UF) residente em município que sedia unidade judiciária (municípios-sede) da Justiça Estadual, indicando o quanto as estruturas físicas do Poder Judiciário estão próximas da comunidade. Observa-se que 89,3% da população brasileira reside em município-sede da Justiça Estadual. Isso significa que, apesar das comarcas corresponderem a 46,1% dos municípios, elas estão em locais com grande abrangência populacional.

Nos Estados do Amazonas e do Rio de Janeiro, as comarcas estão localizadas de forma que quase todos os habitantes residem em Municípios providos por varas. O Distrito Federal, por possuir característica peculiar de ser composto apenas por Brasília, também se apresenta com 100% na Figura 7. Cabe observar que o Amazonas possui alguns municípios de extensa dimensão territorial e com localidades de difícil acesso, sendo, portanto, esse indicador insuficiente para medir acesso à justiça em um território com tais características.

Em situação inversa, com menor índice de população atendida, estão os Estados do Tocantins, Paraíba, Piauí, Rio Grande do Norte – todos de pequeno porte e com menos de 80% da população residente em sede de comarca.

Figura 7 - Percentual da população residente em municípios sede de comarca



As Figuras de 8 a 12 apresentam a distribuição populacional por unidade judiciária para o total do Poder Judiciário e por segmento de justiça, com informações agrupadas por unidade da Federação.

Na Figura 8, é possível observar que os maiores índices de habitantes por unidade judiciária de primeiro grau estão nos Estados do Pará, do Maranhão, do Amazonas, do São Paulo e do Ceará. Esses cinco Estados possuem 35% da população brasileira, 42% da extensão territorial do Brasil e apenas 29% das unidades judiciárias.

O estado do Maranhão apresenta o maior índice de habitantes por unidade judiciária também na Justiça do Trabalho, com 23 varas trabalhistas.